

fundação de luiz goiânia e palacin desenvolvimento de goiás



817.3)

P154f Palacin, Luiz

Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia, Oriente, 1976.

112 p.

Capa de Laerte Araujo

1. Goiás — História. 2. Goiânia — História. I. Título.

981 (817.3)

O

LUIZ PALACIN

FUNDAÇÃO DE GOIÂNIA E
DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS

981 (817.3)
P154f
EX. 2
B0003044

ORIENTE

Capa:
LAERTE ARAUJO

Reservados os direitos
de reprodução e tradução
para todos os países.
Copyright by
LUIZ PALACIN

Gráfica do Livro Goiano Ltda.
Rua 82, nº 456 - Setor Sul
Goiânia - Goiás - Brasil

~~~~~  
Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## SUMARIO

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Projetos de mudança da Capital .....                                | 9  |
| A revolução de 30 e a mudança da Capital ....                       | 19 |
| O debate da mudança .....                                           | 25 |
| O custo da construção de Goiânia .....                              | 37 |
| As etapas da construção de Goiânia e a oposição política .....      | 47 |
| 1932. Ano do lançamento da idéia e dos primeiros passos .....       | 49 |
| 1933. Início da construção .....                                    | 55 |
| 1934. Ano da decisão política .....                                 | 61 |
| 1935. Mudança provisória .....                                      | 67 |
| 1936. A batalha política da mudança .....                           | 73 |
| 1937. Mudança definitiva .....                                      | 83 |
| Goiânia e o desenvolvimento de Goiás: esperanças e realidades ..... | 91 |

## PROJETOS DE MUDANÇA DA CAPITAL

NOTA — Este estudo foi elaborado para ser apresentado no VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História que teve lugar em Belo Horizonte em 1971, e versou sobre a urbanização na história.

A idéia da mudança da Capital de Goiás para outro lugar mais favorável data dos primeiros tempos da Capitania. É tão antiga que, forçando levemente a expressão, poder-se-ia assegurar ser a idéia da mudança anterior à própria instalação da Capital.

Com efeito, chegando com a bandeira povoadora, Bartolomeu Bueno, Superintendente das Minas, funda em 1727, no sopé da Serra Dourada, o arraial de Sant'Ana, que passa a ser o lugar de sua residência e primeiro centro de operações na diáspora da mineração. A população cresce rapidamente e vão surgindo outros arraiais. E quando dez anos mais tarde, em 1737, o Conde de Sarzedas, Governador da Capitania de São Paulo, decide empreender a longa viagem de mais de 200 léguas para visitar as Minas e fundar a primeira vila, muitos lhe representam que não deve ser Sant'Ana, cidadela de Bueno, a sede do novo centro administrativo, senão Meia Ponte (Pirinópolis) ou algum dos arraiais da florescente região do Tocantins (1). Rivalidades locais, sem dúvida, mas também já

começam a manifestar-se os inconvenientes da localização de Sant'Ana.

O Governador, por deferência para com o descobridor, escolhe Sant'Ana e dá-lhe o nome de seu fundador: Vila Boa. Posteriormente, em 1821, elevada à categoria de cidade, passaria a chamar-se Cidade de Goiás.

Pouco tempo se passa sem que se manifeste a primeira impugnação oficial à pouco afortunada escolha de Sarzedas. Em 1749, Goiás é elevado à categoria de Capitania. Independente, portanto, de São Paulo, e toma posse seu primeiro governador, o Conde dos Arcos. Cinco anos depois, em 1754, depois de conhecer pessoalmente os problemas da Capitania, o Governador informa ao governo português da conveniência do traslado da capital de Vila Boa para Meia Ponte. Razões? O clima e melhores comunicações (2). As duas razões fundamentais que haveriam de gravitar durante dois séculos até que se concretizasse a idéia de mudança, "*fato historicamente inevitável*" (3), na linguagem do determinismo econômico-geográfico.

Contra o determinismo geográfico, estava em 1754 o instinto de poupança do governo português: o custo dos edifícios públicos a construir impediu desta vez a mudança. Mais tarde seriam os interesses dos proprietários urbanos o que a impediriam.

Contudo, periodicamente, alguma voz "estrangeira" reaviva a consciência da necessidade desta medida. Pouco depois da Independência, em 1830, era Miguel de Lino

Morais, segundo presidente da Província quem propunha o traslado da Capital para Água Quente. Em 1863, outro presidente vindo de fora, Couto de Magalhães, insistia sobre a necessidade da mudança com expressões contundentes: "*Quanto a salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos) um onde se reunam tantas moléstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são... Quanto às condições comerciais, eu não me estenderei. Basta ver o que há, para desanimar-se. Por mais desagradável que possa parecer ao leitor a proposição seguinte, eu a exaro: o comércio aqui vive exclusivamente dos empregados públicos e da força de linha. Os meios de transportes são imperfeitos, a situação da cidade, encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam. Em uma palavra... Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada*" (4).

Na realidade, a situação da cidade de Goiás deteriorava-se cada vez mais com o passar do tempo. O primeiro presidente do estado de Goiás, Rodolfo Gustavo da Paixão, em sua mensagem à Assembléia em 1891 apresenta um quadro das condições sanitárias da cidade ainda mais carregado que o de Couto Magalhães.

E a constituição do Estado, votada por aqueles dias, admitia a possibilidade da mudança: "*A cidade de Goiás*

*continuará a ser Capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congersso" (art. 5.º).*

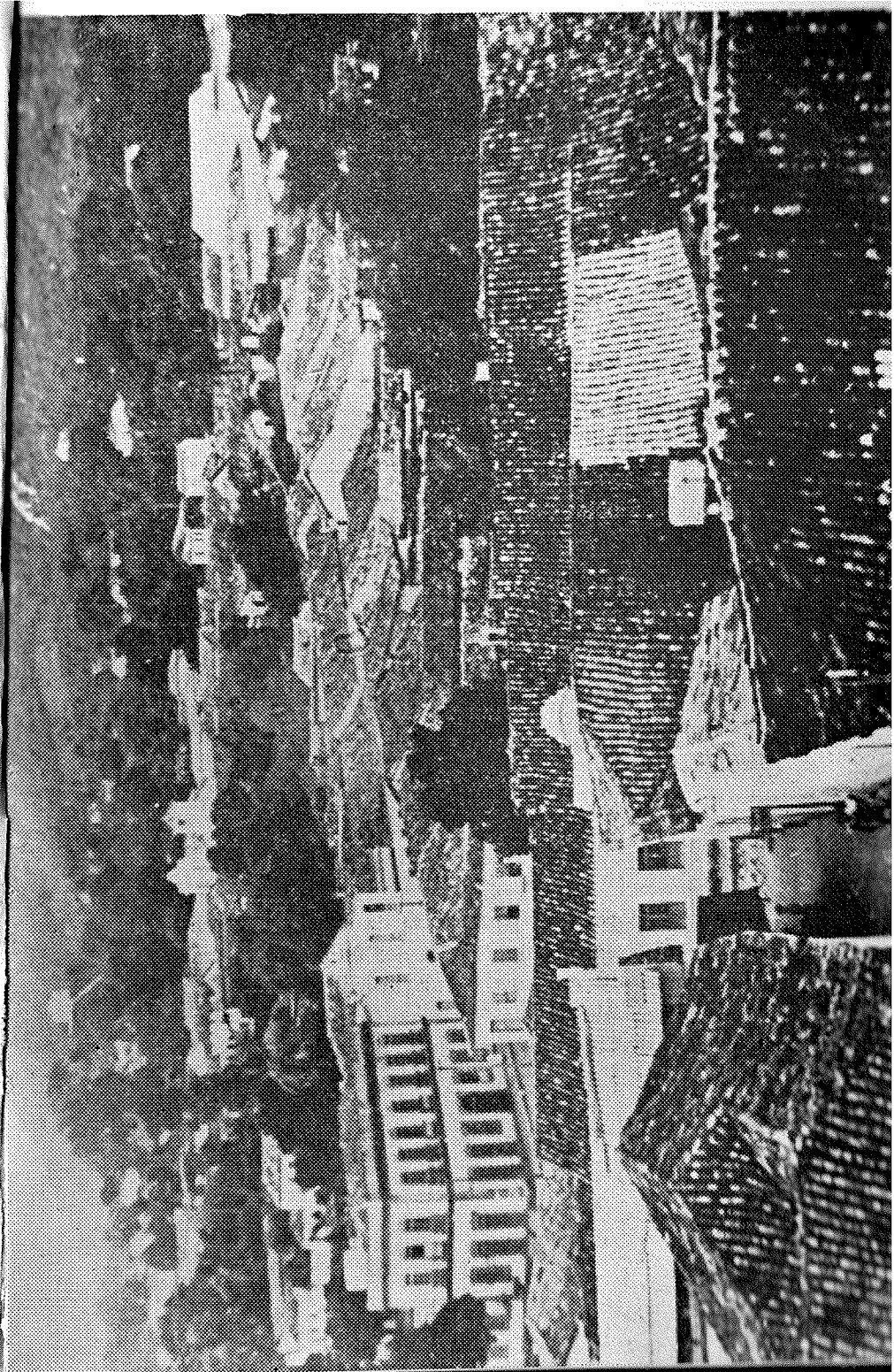
A idéia da mudança, embora rejeitada, constantemente, da zona consciente, tinha entretanto alcançado tal iminência que no contrato firmado entre o Estado e a Empresa Força e Luz da Capital incluía-se esta possibilidade: *"Se a Capital do Estado for mudada para outra localidade..." (cláusula 35ª).*

Duas circunstâncias conjunturais tornavam esta possibilidade cada vez mais próxima. De fora chegava o estímulo de outros estados que por razões parecidas tinham realizado a mudança de capital com pleno êxito: Sergipe em 1855 passou a capital do interior para a costa, buscando mais amplos horizontes, em 1897 foi a vez de Minas, que, vencendo forte oposição, construiu a nova cidade administrativa de Belo Horizonte para substituir a velha capital histórica de Vila Rica.

Outra circunstância, a primeira vista de peso decisivo, era a prostração cada vez mais acentuada da Cidade de Goiás. Enquanto a população do Estado duplicava nas três primeiras décadas do século, a população de Goiás diminuía nuns vinte por cento: de centro urbano relativamente importante nos últimos dias da colônia, passara a ser uma cidade insignificante — a segunda última das capitais brasileiras, com a metade da população de Cuiabá — na segunda década do século XX; no censo de 1920, a po-

pulação do município de Morrinhos já ultrapassava o da capital, e outras vários municípios quase a igualavam.

Por todas estas razões, bem se pode dizer que a idéia da mudança era muito mais que uma possibilidade sempre presente. Era um desafio à estagnação político — econômica de Goiás. Bastaria uma forte sacudida — nascida de dentro ou vinda de fora —, que quebrasse o círculo da passividade, para que esta possibilidade passasse à realização. Este impulso foi a revolução de 30.



[The text in this section is extremely faint and illegible.]

A REVOLUÇÃO DE 30 E A  
MUDANÇA DA CAPITAL

Goiás. Vista geral da parte baixa da cidade. De centro urbano relativamente importante nos últimos dias da colônia, passara a ser uma cidade insignificante — a segunda última das capitais brasileiras, com a metade da população de Cuiabá — na segunda década do século XX.

A revolução de 30 (como todas as revoluções nascidas de um afã moralizador) tinha a ilusão, ou a ambição, de ser uma ruptura total com o passado. Um começo radical.

Um clima de gênese varria o país inteiro.

Em Goiás, onde o atraso era tanto mais palpável e a mesquinhez do meio tornava mais pungentes os aspectos pessoais, a revolução foi sentida como uma autêntica libertação, quase como um novo nascimento. As proclamações da hora tem uma vibração inconfundível: os telegramas de felicitações recebidos pela Junta Revolucionária saúdam à *"verdadeira democracia"*, ao *"regime de liberdade e justiça"*, ao *"sepultado regime de opressão que angustiosava nossa terra"*, à *"abolição aviltante cativoiro"*.

Neste ambiente de exaltação, a transigência seria o maior pecado. Impossível a reconciliação. Urgia uma renovação total de idéias, de procedimentos e de homens. Começaram as cassações e foi constituída uma Comissão de Sindicâncias para a apuração de crimes políticos e con-

tra o patrimônio do Estado. Na exposição de motivos das cassações de mandatos não se invoca outra razão que a necessidade da revolução: *"A Junta Governativa do Estado de Goiás: Considerando o atual momento político que atravessa o país. Considerando que na defesa da revolução não podem ser poupadas medidas garantidoras dos princípios pregados e defendidos no Movimento Reinvidicador Republicano. Considerando que os atuais poderes Municipais do Município de... constituem um grave inconveniente e podem tornar-se nocivos ao Movimento Libertador resolve: destituir..."*

A revolução se exige e se justifica a si mesma.

Não foi, pois, casual que fosse o próprio chefe das tropas revolucionárias entradas em Goiás, Dr. Pinheiro Chagas, quem, no comício de exaltação da revolução vitoriosa, lançasse a idéia da necessidade da mudança da capital, associando-a agora ao processo revolucionário, à ruptura total com o passado.

Goiás, a velha capital, passou a significar na mente dos revolucionários a inércia, o atraso secular confrontado com o ímpeto criador da revolução. Significava a politicagem das oligarquias depostas frente a limpidez transparente dos verdadeiros democratas. Significava, sobretudo, os homens da "república velha" com seus densos sistemas de relações pessoais e suas articulações de poder. Por isso às razões geográfico-econômicas da mudança, já antigas, a partir de 30 há que acrescentar a compulsão

psicológica da mudança nos homens da Revolução. A mudança como libertação do passado e como criação de um mundo novo.

Este frescor de novidade e liberdade parece ter sido umas das experiências culminantes nos homens que assistiram aos primeiros tempos da construção da Goiânia. *"Em Goiânia desapareceram as famílias privilegiadas — escrevia em 1936 Laudelino Gomes de Almeida (5) — e em seu lugar uma elite surgirá de seus habitantes, trabalhadores incansáveis..."*. E o Dr. Benjamim Vieira, secretário geral do Estado, declarava no mesmo ano: *"Sobretudo o que mais encanta na cidade nova é a falta de história. Não há aqui grandes tradições de família. Ninguém se julga dono do governo, da cidade. Todos colaboram..."* (6).

Sociologicamente, poderia interpretar-se como a reação da nascente classe média de pequenos e médios fazendeiros independentes, dedicados às vezes também ao comércio, que a imigração vinha constituindo na periferia do Estado, contra a dominação quase imemorial de Vila Boa e das tradicionais famílias detentoras do poder e a riqueza.

Era uma quase-necessidade de romper com o passado, também topograficamente. Mas isto, apesar das condições favoráveis, não se deu sem luta.





formação, operou-se também em Goiás. E o Governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar à idéia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo..." (7).

A ocasião do lançamento da idéia apresentou-se inesperadamente. Em festividade celebrada em Bomfim (Silvânia) durante o congresso dos municípios, uma senhorita falou em nome do prefeito. Pediu ao interventor que realizasse a mudança da capital. Outros oradores insistiram no tema. Pedro Ludovico, em sua resposta, "*disse que o grande problema está em estudos e promete resolvê-lo brevemente*" (8). A idéia estava lançada de novo, e desta vez definitivamente. Não foi um gesto irrefletido como os jornais da oposição procurariam apresentá-lo: "*Quando a mudança da nossa capital — todos sabemos que esta inovação inspirada por um ilustre mineiro que entretanto sempre desconheceu os nossos recursos e as nossas necessidades, reapareceu em Bomfim em um breve momento de delirante solenidade*" (9).

A mudança estava decidida: no regime de autoridade do momento, baldados seriam todos os esforços da

oposição, para impedi-la. O debate que se seguiu, nas ruas e nas praças, na Câmara mais tarde, e nos jornais, não poderia ter o menor efeito sobre a decisão do governo, mas serve para mostrar-nos as opções existentes no momento e seus limites.

Este longo debate de anos poderia servir de peça capital da acusação num processo contra a racionalidade da história humana. É mais um exemplo ilustrativo da velha tese da "serva razão". Os mesmos argumentos, até nos menores detalhes, são usados uma e outra vez por mudancistas e anti-mudancistas com finalidade oposta, em evidente desafio ao princípio de contradição: A construção de Belo Horizonte, para citar apenas um pequeno detalhe, é aduzida no Relatório pelo Interventor como exemplo indiscutível de sucesso; pela oposição, ao contrário, como exemplo reconhecido de fracasso (10).

Os argumentos da mudança foram codificados pelo próprio governador Pedro Ludovico no Relatório e mais tarde no livrinho *Como e por que construí Goiânia*. São os mesmos repetidos incansavelmente pelos homens e pelos jornais do governo com um adereço variável de epítetos louvatórios à obra e a seu principal realizador: "formidável projeto", "grande empreendimento"...

Podem reduzir-se aos dois momentos de um movimento dialético: Goiás não pode ser capital do Estado — urge, construir nova capital para o progresso do Estado.

O requisitório contra Goiás já nos é bem conhecido: o clima e as *péssimas condições higiênicas* — sem água, sem esgotos, sem espaço vital —, luz e força caríssimas, as mais caras de toda a nação, péssimas comunicações. Uma cidade sem vida própria, parasita vivendo as custas do Estado.

Longe de admitir estas acusações, a oposição revidava que a capital tinha um “clima adorável” e tão sadio como nenhuma das outras capitais brasileiras. Provas abundantes disto seriam a ausência total de epidemias em Goiás — epidemias que grassaram periodicamente pelo resto do país — e a proverbial longevidade de seus habitantes.

O problema da *falta de água* — a cidade tantalizada pela sede pintada por Pedro Ludovico — e da carência de esgotos era tão evidente que sobre o fato não poderia haver discrepâncias. Mas se o fato era indiscutível, não assim suas projeções. O custo mínimo orçado para a canalização da água e a construção de uma rede de esgotos, arguia o Relatório, era de 3.000 contos; preço proibitivo para uma cidade cujo município todo arrecadava apenas 300 contos por ano. Só à incúria do governo, replicava a oposição, devia-se a falta de água, pois a bacia do Urú, tão próxima e de fácil captação, daria para abastecer de água, com sobras, uma cidade de um milhão de habitantes. A metade do primeiro empréstimo contraído para a construção da nova capital seria suficiente para solucionar

definitivamente o problema da água e os restantes problemas da cidade.

Tampouco poderia haver discrepâncias sobre a importância do *problema das comunicações*. Numa “civilização de importação” (11) como a de Goiás, em que tudo vinha de fora desde as idéias e diretrizes políticas até as crises econômicas, o problema das vias de comunicação era para todos não um problema mas o problema dos problemas. “A falta de estradas é o grande mal de Goiás, afirmava em 1932 *O Liberal*, jornal de Jataí, o problema vital de Goiás”.

Em 1930 o automóvel e o caminhão já não eram uma raridade no Brasil, nem em Goiás, mas o grande meio de integração humana e econômica continuava a ser a estrada de ferro. A estrada de ferro que possibilitara a consolidação dos dois grandes impérios continentais do século XX: o americano e o russo. Este era o transporte “rápido e barato” condição indispensável, segundo o Relatório, para o desenvolvimento da economia goiana (12).

E as deficiências de Goiás a este respeito com apenas 300 Km de via férrea para seus 650.000 Km<sup>2</sup> eram notórias. Num artigo da *Voz do Povo* — 30/10/32 — Joaquim Veloso Vieira combatia a mudança, argumentando precisamente, que Goiás necessitava não de nova capital, mas de estradas de ferro. São Paulo e Minas, aduzia, com a maior rede de estradas de ferro, eram os dois Estados que mais exportavam: 2.114.000 e 903.000 contos respectiva-

mente em 1929, enquanto a exportação de Goiás neste ano foi de 37.000. E mesmo Estados pequenos, mas com maior quilometragem de estradas de ferro, exportavam muito mais: Espírito Santo 193.000 contos e Mato Grosso, com a metade da população e o triplo de estradas, 47.000 (13).

Construir estradas de ferro podia constituir todo um programa de governo, e necessário, mas tão longe das possibilidades do Estado como o brinquedo de luxo contemplado na vitrine para o menino da rua. Em 1934 o Governo Federal destinou uma verba de 2.458 contos para prosseguimento das obras do trecho Leopoldo de Bulhões-Anápolis (53 Km), iniciadas em 1931; a receita total do Estado em 1932 foi de 5.500 contos (14).

Nestas condições, a acusação contra Goiás de impedir a afluência de capitais e indústrias por falta de comunicações só oferecia duas opções: ou transferir a capital para as proximidades da estrada de ferro, como proclamavam necessário o governo e os mudancistas, ou fazer a ligação de 200 Km através de uma boa estrada de rodagem, solução mais econômica e racional no parecer dos antimudancistas.

O problema das *comunicações internas* no Estado apresentava-se tanto ou mais grave, e, com respeito à localização da capital, igualmente ambíguo. Com 6.000 Km de "sofríveis estradas de rodagem" dentro de seus 747.000 Km, localizadas todas no sul, sudoeste e centro, imensas

zonas do Estado ficavam fora do alcance de qualquer meio de comunicação; o resto mal comunicado.

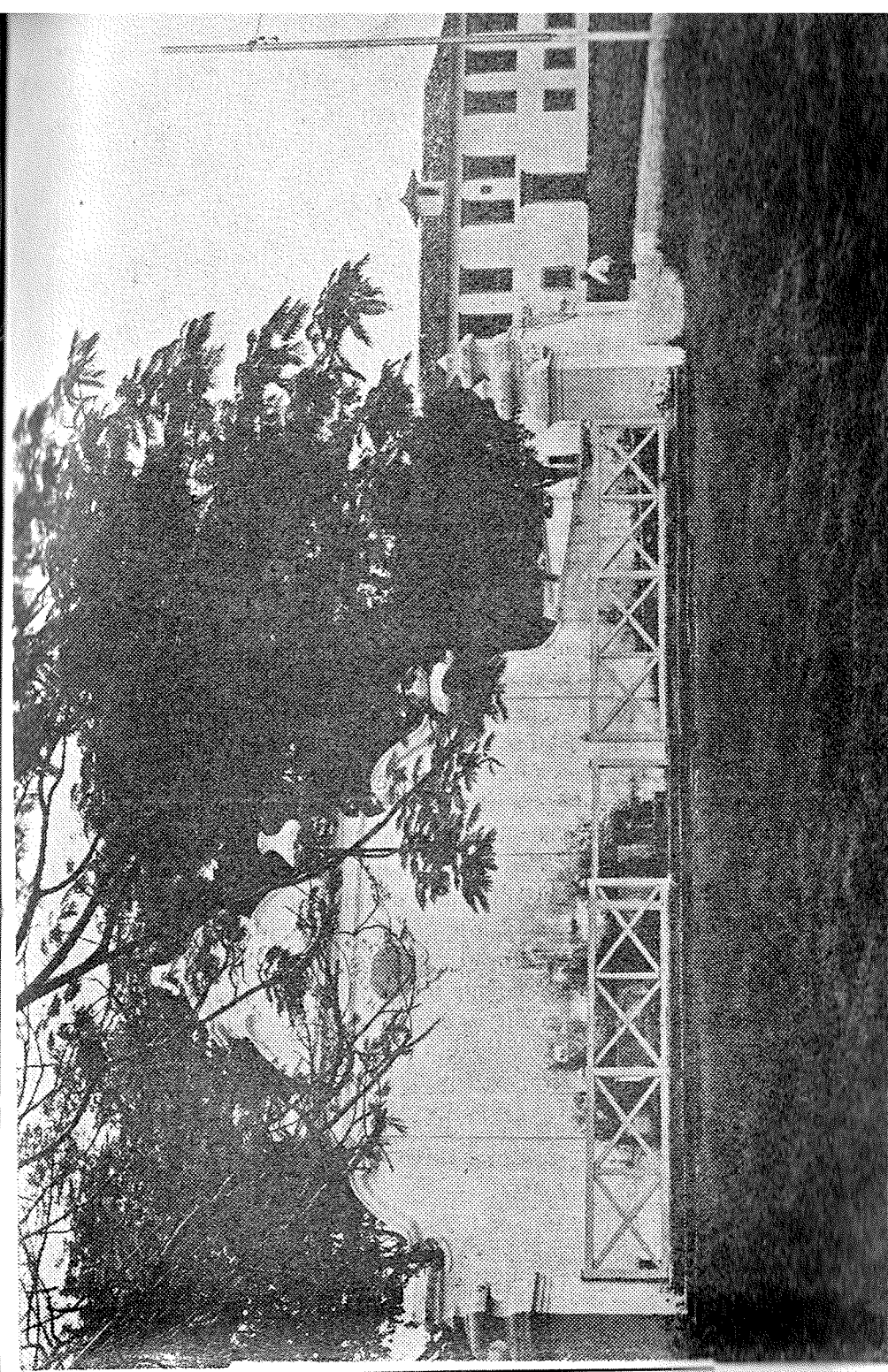
Seria evidentemente excessivo atribuir tal estado de coisas exclusivamente à localização excêntrica da capital. Mas os partidários da mudança pensavam que a inércia geral do Estado era imputável à Capital, e que, portanto, a construção de uma capital dinâmica numa zona cêntrica promoveria a construção de estradas e levaria inevitavelmente a intercomunicação das diversas regiões do Estado.

Mas que devia entender-se por cêntrico? Para os defensores da Capital, evidentemente não a região da atual Goiânia; seria "loucura" levar a capital mais para o sul, abandonando o norte e as riquíssimas regiões do Araguaia, as matas de São Patrício, as riquezas de Crixás e Pilar (15). Não deixava de encerrar uma boa dose de hipocrisia esta súbita preocupação pelo norte e pelo Araguaia, regiões que nos últimos cinquenta anos não tinham recebido o mais ínfimo sinal de atenção por qualquer dos governos goianos.

Por isso a atitude dos construtores de Goiânia era mais sincera e mais realista. Sua escolha falava com atos, mais eloquentes que as palavras, de seu descaso pelo norte, ou, pelo menos, de seu reconhecimento da impossibilidade atual de integrá-lo. (16) Nisto não procediam de forma diferente aos governos anteriores. Econômica e administrativamente, Goiás terminava no paralelo 18, e neste sentido o mato grosso goiano, de cujo solo virgem Goiâ-

nia brotaria pujante, podia sim, ser considerado o coração e o centro de Goiás. As "fabulosas riquezas" do Araguaia e do Tocantins deveriam continuar, como até então, ainda por várias gerações, um patrimônio do mito goiano.

Com meios limitados as opções são também forçosamente limitadas. E é aqui precisamente onde incidia o ponto decisivo desta controvérsia: como empregar os limitados recursos do Estado?



Goiás. A fonte do chafariz. Ao fundo o edifício da Câmara e cadeia. Sobre a falta de água, escrevia o Relatório: "Toda a água potável, consumida pela população da Capital, é transportada na cabeça em potes e fornecida pelas duas únicas e pobres fontes existentes, que ainda são as mesmas mandadas levantar há 160 anos, pelo Capitão-General D. José de Almeida Vasconcelos...

Devido à perpétua escassez de água potável, com que a população da Capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses da seca, há aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras, em que predominam os débeis mentais — ocupada na baldeação de água para as habitações. Nos anos em que a seca se torna mais demorada, o penoso trabalho de transportar água do Chafariz e da Fonte da Carioca, para desalterar a população, começa alta madrugada, às vezes às três e até as duas horas da manhã, durante todo o dia e prolongando-se pela noite a dentro, até às dez horas.

O CUSTO DA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

O argumento à primeira vista parece decisivo. Como poderia um Estado pobre — supremamente pobre —, um governo sempre endividado, permitir-se o luxo de construir uma nova capital? Desde este ponto de vista, a construção de Goiânia podia ser qualificada de “loucura”, de “catástrofe para a economia goiana”, ou simplesmente de “ato de prepotência”.

Colocado em termos demagógicos: *“O dinheiro que se gastasse no projetado cometimento seria bastante para socorrer todos os municípios permitindo-lhes a criação de grupos escolares, instalação de serviços de luz e força, abastecimento de água, estradas de rodagem e outras coisas mais de que o interior necessita. Só assim todo o Estado gozaria os benefícios apregoados pelos partidários da mudança”* (17) (tanta e tão desusada solicitude deve ter surpreendido profundamente aos municípios goianos e seus habitantes).

Nenhuma acusação poderia atingir tão diretamente a um homem de 30 como a de malbaratar os fundos públi-

cos. Ao tomar posse do cargo de interventor federal em Goiás (22-11-1930), Pedro Ludovico se apressara em declarar que *"sua ação será pautada dentro das normas de absoluta imparcialidade, como guarda avançada dos cofres públicos, de cujos propósitos não recuará um passo"* (18). Como medida-símbolo de austeridade pessoal, uma das primeiras providências para equilibrar o orçamento foi a diminuição drástica da quota de gasolina para os carros oficiais: qualquer excesso teria que ser pago pelos próprios secretários. (19)

Postura tão ultramoralista não poderia tolerar nem sequer a acusação de esbanjamento. Duas respostas eram possíveis: uma defensiva — os custos seriam muito reduzidos e quase autofinanciados —, e outra ofensiva, passando ao contra-ataque — não se devia falar em gastos, mas em investimento, indispensável ao desenvolvimento do estado. Ambas foram usadas pelo Governo.

A justificação mediante a economia de meios nunca foi bastante convincente. E considerada em si mesma — não como uma política, mas como uma justificação — mal poderia evitar a acusação de hipocrisia.

Nas primeiras declarações à imprensa do Rio o Interventor frisava: *"Antes de tudo é preciso notar que vamos iniciar uma obra modesta. O Estado construirá as sedes do Governo e das suas repartições e 150 casas para funcionários, ao preço de 15 contos cada uma. Nestas*

*construções serão gastos, aproximadamente, dois mil e setecentos contos. As repartições federais serão construídas pelo governo da República"* (20).

E o relatório de 18.5.33 do urbanista Armando de Godoy especificava: *"Cumpre-me agora tratar de ligeiramente mostrar que o receio de que o estabelecimento em outro local da capital de Goiás vai determinar despesas que ele não pode enfrentar não se verifica. Com efeito, a fundação da capital em uma determinada zona lhe valoriza enormemente os terrenos. De maneira que no caso de se observarem as determinações do plano de valorização gradativa que o projeto da futura capital estabelecerá basta a venda dos lotes para que o Estado alcance todos os recursos necessários para a execução das obras principais e dos edifícios públicos"*. (21)

O Relatório de 1930-33 conclui sobre os custos da obra: *"O Governo de Goiás não vai construir uma capital, como pensam alguns. Vai fundar, isto sim, uma cidade nova e construir nela seis ou sete prédios destinados à instalação dos poderes públicos, e sessenta, aproximadamente, destinados aos funcionários e a custa destes. Para iniciar as obras, o Governo conseguiu um empréstimo de 3.000 contos, negociado com o Banco do Brasil na seguinte base: juros de 8½ ao ano, pagos por semestre... Deduzindo-se do empréstimo a dívida atrasada de 500 contos que o Estado tem para com o referido estabelecimento bancário, e que ficará assim cancelada, restam 2.500 con-*

tos, soma suficiente para dar o impulso inicial ao empreendimento e financiar a terça parte das outras da nova capital, que serão concluídas com os recursos advindos da venda de terrenos”.

Mas já no discurso do lançamento da primeira pedra — 24-10-33 — o próprio Interventor reconhecia paladinamente: “*Ante as nossas possibilidades econômicas, o problema é gigantesco. Se se pensar muito nele, é-se vítima de um atordoamento e o desânimo nos invade. As nossas rendas tão diminutas nos intimidam*” (23).

Restituído o regime partidário em 34, a oposição não deixava de explorar o tema das dificuldades econômicas do Estado e a irracionalidade da construção de uma nova capital, nestas circunstâncias. Um artigo do *Correio da Manhã* do início de 35 sobre a mudança da Capital — evidentemente pago — declarava ser inexequível à mudança, dado o estado calamitoso das finanças de Goiás. O Interventor, contudo, anotava o jornal, teimava em continuar as construções e a venda de lotes. Terminava pedindo a intervenção do Presidente da República (24).

A Coligação, diário da oposição, em sua campanha contra a mudança, insistia uma e outra vez durante o ano 35, descrevendo a situação econômica e financeira do Estado como calamitosa: com déficit orçamentário sempre crescente, funcionários pagos com apólices imediatamente desvalorizadas, dívida interna em aumento. Mesmo assim o governo ainda insistia na mudança da capital (25).

O governo, com efeito, antes do fim do ano teve que solicitar um empréstimo de 12.000 contos, para prosseguimento das obras (26). Algum alívio trouxe, no início de 1936, a concessão de 5.663 contos em apólices, por parte do governo federal, para ajudar à construção de Goiânia; além da contribuição econômica, isto supunha o apoio nacional à obra.

Não é minha intenção — nem, de resto, seria possível por haver-se perdido, segundo parece, a documentação básica numa inundação do Arquivo da Secretaria da Fazenda — fazer um levantamento total do custo das obras da construção de Goiânia. De toda forma, como era inevitável, o volume das obras ultrapassava de muito os 2.700 contos previstos inicialmente, e a venda de lotes não passava de uma modesta contribuição às despesas (27).

Por isso, seria evidentemente, impossível satisfazer às críticas dos opositores mediante uma exibição de poupanças. Um único caminho ficava aberto para a justificação da construção da nova capital do ponto de vista econômico: considerá-la não como um gasto, senão como um investimento. Aqui se encontra, certamente, o ponto vital da dialética de opiniões.

Para os contestadores, a construção da nova capital não passava de uma medida política, de um gesto de prepotência, de um luxo administrativo em todo caso dispensável, e em última análise de uma espécie de crime contra a economia popular pelo emprego suntuário, e não rendo-

so, do dinheiro de um Estado pobre, desesperadamente necessitado de capitais para seu desenvolvimento.

Para o governo, ao contrário, a construção de uma nova capital era o primeiro e essencial passo para o desenvolvimento. O atraso do Estado, em todos os níveis do desenvolvimento, tinha também outras causas, indubitavelmente, mas a primeira e principal era a inércia da Capital.

Nas palavras terminantes de Pedro Ludovico: *“Pondo-nos em contato, permanente, diário e intensivo, com as necessidades de Goiás, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que tem impossibilitado o desenvolvimento econômico de um Estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigações, de que a mudança da capital não é apenas um problema na vida de Goiás. É também a chave, o começo da solução de todos os demais problemas. Mudando a sede do Governo para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se resente a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central”* (28).

O ditado “da discussão sai a luz” parece não ter tido parte nesta polêmica. O tempo — a grande lima de arestas — exarcebou cada vez mais o radicalismo das posições. Não pouco contribuiu, sem dúvida, para fixar esta

irredutibilidade dos antagonismos o fato de encontrarem-se os *“atritos políticos motivados por divergências de orientação administrativa ou por diferença na compreensão do bem público”* respaldados pelos *“interesses privados contrariados”* (29). O espectro da “desvalorização” para os que tinham interesses na cidade de Goiás.

De toda forma uma coisa é certa, se este debate não contribuiu para esclarecer as idéias sobre as vantagens e inconvenientes da mudança, muito menos teve como efeito arrefecer o entusiasmo do governo em executar sua decisão. *“Eis porque — declarava Pedro Ludovico em 1934 — arrostando trabalhosa mas resolutamente as mil dificuldades previstas e imprevisas, nos encontramos tête-à-tête com o problema da mudança da capital, disposto a resolvê-lo e convencido de que o resolveremos, tanto nos encorajam o apoio entusiástico da coletividade goiana e o desejo de correspondermos às suas justas esperanças”* (30).

Embalado pelo apoio revolucionário, reduzida a oposição ao fuxico de rua, pode o Interventor dar, tranquilamente, começo à execução de seu plano.



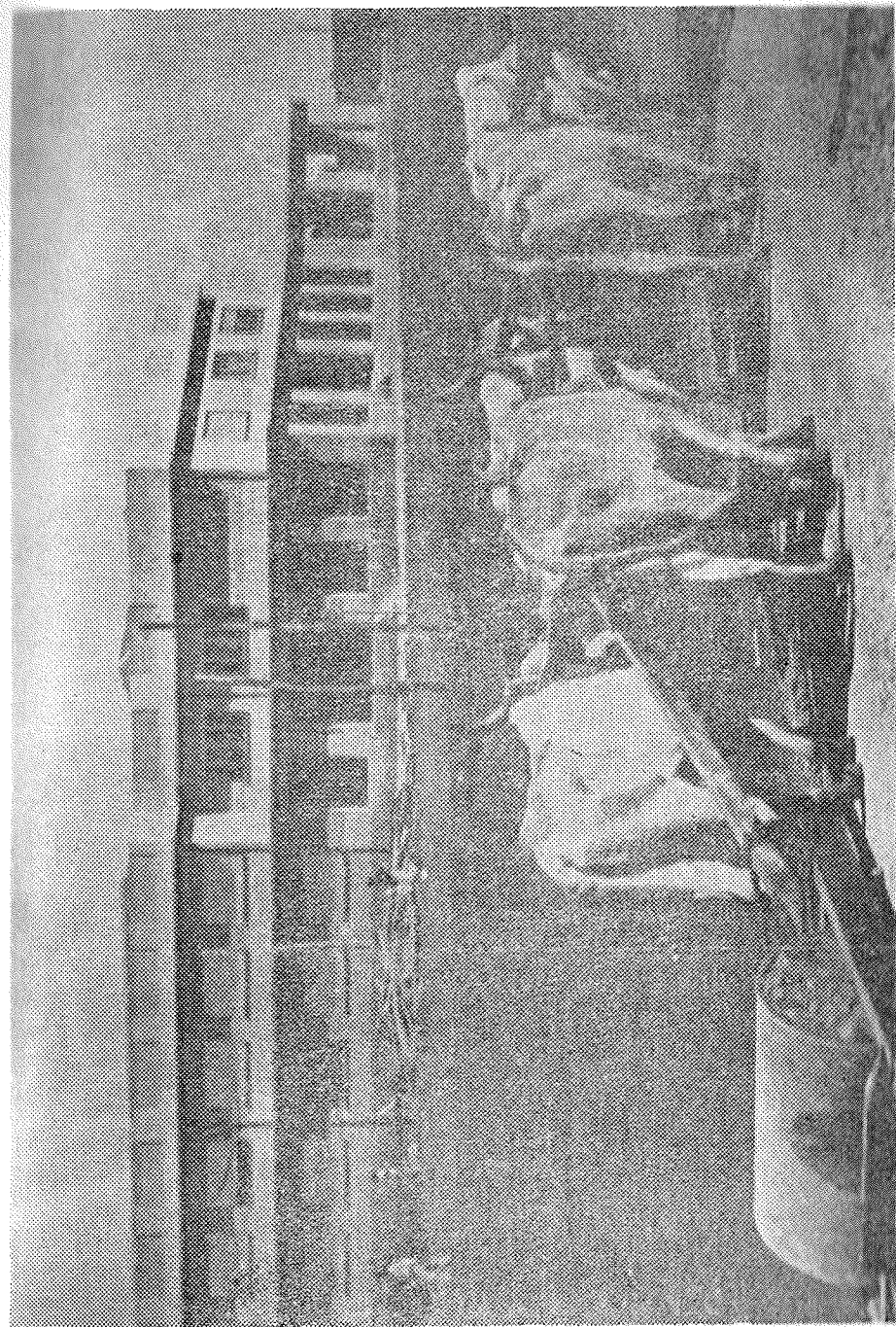
1932. ANO DO LANÇAMENTO DA IDÉIA  
E DOS PRIMEIROS PASSOS

4 de julho, em Bomfim, o Interventor faz a primeira declaração sobre a mudança da capital: *“O grande problema está em estudo e prometemos resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado”*.

A notícia de que o governo estava decidido a realizar a mudança *“foi recebida com frieza, quase indiferença por parte da população da antiga cidade, que, diga-se toda a verdade, não acreditava pudesse a empresa ser levada a efeito. Mais tarde, entretanto, essa indiferença se fez substituir pe'a mais temível campanha de que se tem conhecimento no Estado”*.

No fim de outubro, o Interventor viajou para o Rio, com o fim de conseguir a aprovação e a ajuda do governo federal para a realização da obra. Em entrevista à imprensa declarava: *“Achamo-nos no Rio para resolver esse problema, e tenho certeza de que o meu Estado possuirá nova Capital, em 1935 (31)”*.

20 de dezembro. O decreto 2737 marca o primeiro passo efetivo para a mudança: nomeava uma comissão de sete membros, sob a presidência de D. Emanuel Gomes de Olivera, para escolha do local em que deveria ser edificada a nova cidade.



Construção de Goiânia. A praça Cívica

1933. INÍCIO DA CONSTRUÇÃO

3 de janeiro. A comissão se reúne, quatro são as localidades sugeridas: Bomfim, Pires do Rio, Batã e Campinas. Nelas parecem concentrar-se todos os requisitos indispensáveis: abundância de água, bom clima, topografia adequada, proximidade da estrada de ferro. Decide-se nomear uma sub-comissão técnica para o estudo completo destas localidades.

13 de janeiro. Decreto autorizando o governo a contrair um empréstimo até de 6.000 contos para liquidar suas dívidas e construir a nova capital.

4 de março. A comissão, com base nos estudos técnicos da subcomissão, encaminha ao Interventor a escolha de Campinas como local mais apto para a construção da capital. Sugere, ao mesmo tempo, que esta escolha seja submetida à homologação de outros técnicos de renome, nacionais ou estrangeiros.

Contratado, sob este conceito, o urbanista Armando Augusto de Godoi confirma plenamente a escolha.

18 de maio. Decreto n. 3359. *“O Interventor Federal, neste Estado, resolve decretar o seguinte: Art. 1º. A região às margens do córrego “Botafogo”, compreendida nas fazendas denominadas “Criméia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, no município de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura capital do Estado...”* O decreto determinava também as bases da construção da cidade.

27 de maio. Roçagem do terreno e primeira missa.

6 de julho. O urbanista Atilio Correa Lima é encarregado da elaboração do projeto da futura capital — decreto n.º 3.547.

Surge a primeira oposição política organizada. Os antimudancistas da Capital, sob a chefia do comerciante José Alencastro Veiga, interpõem um recurso contra o decreto que decidia a construção da nova capital no município de Campinas. Alegavam: a situação financeira do Estado, desvalorização da zona da capital, prejuízo para o Estado nos edifícios públicos, melhores condições geográficas e topográficas de Goiás para servir de capital, e finalmente falta de condições morais num governo não representativo da vontade popular para impor tal mudança, devendo, portanto, esperar-se à convocação da assembléia constituinte, livremente eleita pelo povo, para tomar passo tão decisivo.

Sendo rejeitado o recurso — “risível” — pelo Interventor, e pelo Conselho Consultivo do Estado — órgão

controlador dos interventores durante a ditadura —, foi elevado até o Governo Provisório. Uma coleta levantou fundos com que pagar um advogado, que viajasse para o Rio para acompanhar a tramitação do processo. O recurso foi igualmente rejeitado. Era o primeiro aviso da oposição.

24 de outubro. Lançamento da pedra fundamental — dia escolhido em memória da revolução. Foguetes. Bandas, Representações dos municípios. Autoridades. Discursos. Nascia a cidade.

Doação e compra de terras da cidade. Contratos para a construção e instalações dos primeiros edifícios públicos: palácio, hotel, prefeitura.

1934. ANO DA DECISÃO POLÍTICA

A revolução paulista de 32, feita sob a bandeira democrática e constitucionalista, fora debelada, mas não sem antes obter a promessa formal da volta ao processo democrático. Em maio de 1933 teve lugar a eleição de deputados para a Constituinte. As eleições nos estados, para eleger deputados federais e estaduais, foram finalmente fixadas para outubro de 34. O presidente, os senadores e os governadores seriam posteriormente eleitos pelas assembléias dos estados.

Dois partidos disputaram em Goiás as eleições: o Partido Social Republicano. P.S.R., partido da revolução, e a Coligação Libertadora Goiana, C.L.G., partido da oposição, formado pelos antigos caiadistas e os dissidentes do P.S.R. presididos por Velasco.

As eleições deviam ser, como é natural, antes de tudo, um veredito popular sobre a revolução e o governo revolucionário. Mas, em Goiás, como era também inevitável, as eleições adquiriam um caráter especial de ple-

biscito sobre a questão da mudança, que dividia à população.

A campanha da oposição alicerçava-se, com efeito, na crítica à política mudancista do governo, pretendendo amalgamar assim toda sorte de divergências políticas e ressentimentos pessoais. O jornal *A Coligação*, fundado como aríete ofensivo, com vistas ao 14 de outubro, formulava suas predições catastróficas com endereço certo: "o povo sacrificado de Vila Boa". A mudança arruinaria a todos: comércio, lavradores, rentistas etc. Com a mudança, a cidade iria converter-se numa "tapera", em breve não seria senão um "vasto cemitério de casas despoçadas" (32). Todos, portanto, deviam unir-se no 14 de outubro, como único meio de evitar a ruína.

Um slogan da *A Coligação* traduz bem o espírito destas eleições: "*Votar nos candidatos da Coligação Libertadora é desagraviar a Cidade de Goiás de todas as humilhações que tem sofrido. Nada de contemplações: paus nos mudancistas*" (33).

Antes e depois das eleições os jornais do governo respondiam também com slogans como: "*Goiás é o corpo de que Goiânia é a cabeça. Destruir a cabeça é matar o corpo*", e "*Quem for contra Goiânia estará contra Goiás*" (34).

Com toda justiça, podiam, pois, concluir, numa nota publicada nos jornais quatro dias antes das eleições, os irmãos Zacheu e Jabulon Alves de Castro, candidatos pe-

la C.L.G., ao desligar-se do partido e da política "*Se a Coligação não obtiver a vitória é porque o povo está satisfeito com o governo que tem e quer de fato a mudança de nossa capital*" (35).

O desagravo da Cidade de Goiás deveria esperar outra ocasião. As eleições de 14 de outubro foram mais livres e mais pacíficas que o habitual nos anteriores regimes "democráticos", embora os jornais da oposição denunciasses, por ofício, volências em diversos pontos do Estado antes e depois da votação.

Um mês depois, já estavam concluídas as apurações: o P.S.R. conseguira 15.590 votos nas legendas federais e 15.108 nas estaduais; a C.L.G. 8.052 nas federais e 7.981 nas estaduais. Uma relação de dois a um aproximadamente: três dos quatro deputados federais e 18 dos 24 estaduais pertenciam ao P.S.R.

A eleição do governador não podia oferecer dúvidas. Ao reunir-se a Assembléia Legislativa a 14 de abril, o candidato do P.S.R., Pedro Ludovico, saía eleito por 16 votos, contra os 7 do candidato da Coligação, Emílio Póvoa. Esta eleição significava a ratificação da vontade popular da mudança da capital, como fez constar expressamente o próprio candidato: "*Reuni no Palácio do Governo os representantes estaduais que me apoiavam e lhes*

*afirmei, que se eleito fosse, levaria avante, o problema da mudança da capital, e que essa reunião era promovida muito a propósito, para que, quem fosse contrário à idéia, não se arrependesse de me dar o seu voto” (36).*

O decreto de 18 de maio de 1933, que determinou a mudança da capital, marcava um prazo de dois anos para sua realização. No início de 1935, porém, as obras encontravam-se ainda apenas no início. Foram subestimadas, evidentemente, as dificuldades para construir uma capital num quase -deserto.

Três circunstâncias conjugavam-se para retardar o por em marcha e o posterior andamento das obras.

Em primeiro lugar, e radicalmente, a debilidade — por não dizer penúria econômica do Estado. “A exiguidade das verbas” — como faria notar o engenheiro Coimbra Bueno três anos mais tarde — impedia o “ataque simultâneo de vários serviços interdependentes”; causava a descontinuidade de fornecimento de materiais e proibia a aquisição de estoques. A esta debilidade congênita da economia do Estado, vinha somar-se o momento conjun- rural de crise que varria a nação e o mundo. Se bem seja verdade que Goiás não foi profundamente afetado pela crise, isto devia-se, precisamente, a sua insignificância eco-

nômica: um atestado de auto-suficiência na pobreza. O clima nacional não era, pois, o mais apto para grandes empreendimentos. E ainda haveria que acrescentar, neste aspecto, a grave campanha difamatória movida pela oposição contra o governo e a construção de Goiânia, nos principais centros do país, solapando assim o pouco crédito com que o Estado de Goiás pudesse contar fora de suas fronteiras.

Em segundo lugar, a carência total de uma infraestrutura industrial e mesmo artesanal. Tudo faltava, desde os materiais de construção até a mão-de-obra. Houve que começar por criar, ou incentivar a criação, de uma rede de indústrias de extração e elaboração de materiais de construção: pedra, cal, madeira, cerâmica etc. Para o fornecimento de mão-de-obra especializada, ou semi-especializada, e para o fornecimento dos materiais de construção não locais, dependia-se em tudo do exterior. E aqui tropeçava-se com o estrangulamento dos transportes.

Sem estradas, com poucos e velhos caminhões, dispendiosos pela penúria de combustível, o único transporte regular era a estrada de ferro. E o transporte de materiais pela estrada de ferro demorava em média uns quarenta dias de São Paulo a Leopoldo Bulhões (37).

Nestas condições não é de se estranhar que em 35 não estivessem as obras prontas para efetuar-se a mudança, como pedia o decreto. O governo optou, então por rescindir os dois contratos firmados com a firma P. An-

tunes e Cia. Ltda., para direção das obras (26-4-35) entrando, em seu lugar, na direção a companhia Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda., dirigida pelos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, que mais tarde receberiam o título de construtores de Goiânia.

Ao mesmo tempo, o governo se auto-otorgava mais um ano de prazo para realizar a mudança, mas ressalvando, ao mesmo tempo, o direito do governador de realizar uma espécie de mudança antecipada: "*O Governador do Estado, poderá entretanto, passar na Nova Capital, em seguida ou fracionadamente, o tempo que julgar necessário ao maior incremento da cidade em construção, transportando para ali o aparelho administrativo de mister ao desempenho de suas funções (decreto n. 102 de 18 de maio).*

Quase nos mesmos termos, — não sem interferência da oposição —, pronunciava-se sobre o problema da transferência, a nova Constituição do Estado, promulgada a 4 de agosto; embora ampliasse o prazo para um máximo de dois anos, e incluísse um item em defesa dos interesses da cidade de Goiás — "*O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiás*" —, que, em sua interpretação controvertida deveria, mais tarde, provocar forte crise política.

De acordo com estas determinações, queria o Governador realizar a transferência do governo — o que se

chamou mudança provisória — a 24 de outubro, segundo aniversário do lançamento da pedra fundamental. Não foi ainda possível, mas a 7 de novembro era constituído o município de Goiânia e nomeado seu prefeito, o professor Venerando de Freitas (decreto n.º 510).

Poucos dias depois, a 4 de dezembro, de uma forma sigilosa, o Governador deixava a cidade de Goiás, para fixar-se definitivamente em Goiânia. Como despedida pronunciou, segundo o Diário Oficial, estas palavras: *“Amo esta terra que é minha. Mas há um imperativo mais alto a que é forçoso obedecer”*.

Como junto com o Governador devia transferir-se também o secretário geral, isto significava a transferência, em breve, de todo o governo; em Goiás permaneciam o judiciário e o legislativo.

A 13 de dezembro, já em Goiânia, o Governador assinava, com efeito o decreto de transferência das Secretarias Geral e do Governo e da Casa Militar.

A 20 de dezembro eram transferidas a Diretoria Geral de Segurança Pública e uma Companhia da Polícia Militar.

A 18 de janeiro transferia-se a Diretoria Geral da Fazenda...

## 1936. A BATALHA POLÍTICA DA MUDANÇA

Nos primeiros meses de 36, a mudança deixava de ser apenas uma decisão política, para converter-se numa viabilidade social. Os três prédios principais do Grande Hotel — os primeiros hóspedes foram recebidos em agosto — do Palácio do Governo e da Secretaria Geral encontravam-se já na última fase de acabamento, assim como alguns outros edifícios públicos — prefeitura, departamento de propaganda, jardim da infância —; completamente concluídas as dez casas-tipo, modelo de todas as futuras casas residenciais; traçadas e preparadas para a pavimentação definitiva as principais ruas numa extensão de 7.173 metros, simplesmente marcadas e capinadas as restantes ruas da cidade até completar quase 300 Km.

Assim, quando nos primeiros dias de julho se reunia a Assembléia, para novo período legislativo, poucos podiam prever a tempestade que se avizinhava.

Desde o primeiro dia, o assunto central das deliberações foi a lei da mudança da capital. A oposição buscava criar dificuldades sempre crescentes à mudança, usan-

do meios indiretos: discussões sem fim na Assembléia, pedidos de esclarecimentos, protelações... O ponto que polarizou, imediatamente, as divergências foi o que poderíamos chamar de “indenização” à Goiás, isto é, a interpretação do alcance da cláusula constitucional: “*O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiás*”.

Os deputados da oposição, apoiados pelos desembarcadores, pelos membros do Tribunal Eleitoral, pelo influente prefeito de Goiás, Cel. Cunha Bastos, e contando com a simpatia, senão com a conivência, de certos deputados do partido do governo, exigiam para Goiás compensações tais que oscilavam da chantagem política ao absurdo irrealizável. Em nome da “defesa econômica do município de Goiás” pretendiam-se para a cidade e sua zona, na ocasião da mudança, benefícios nunca sonhados nos seus 200 anos de existência: água e esgotos, telefone, industrialização da pesca no rio Vermelho e no Araguaia, ajuda à lavoura, escolas técnicas e permanência da faculdade de direito, construção de dois balneários para o que hoje chamaríamos de desenvolvimento turístico, estradas e, segundo alguns, como exigência indispensável, prolongação da estrada de ferro até a cidade.

Uma coisa era certa: condicionar a mudança à adoção destas medidas era protelá-la *sine die*.

Nestas circunstâncias, o deputado Hermógenes Coelho, presidente da Assembléia, viajou a Goiânia, no dia

21 de agosto, para propor ao Governador Pedro Ludovico a necessidade de um entendimento com a oposição. As relações entre os dois eram tensas, no momento, por motivos pessoais.

O Governador rejeitou, categoricamente, toda conciliação e respondeu à proposta convocando os deputados governistas para uma reunião definitiva em Goiânia. “*Peço prezado amigo — dizia o telegrama — vir até aqui para tratar de assunto urgente*” (38).

Os deputados Hermógenes Ferreira Coelho e João de Coutinho responderam desligando-se do P.S.R.. Em telegrama de 22 de agosto justificavam sua atitude: “*Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira M.D. Governador do Estado. Saudações. Deixamos de atender ao seu chamado em telegrama desta data por haver V. Excia. se manifestado contrário à política de conciliação, medida que reputamos de inadiável necessidade, a fim de evitar completo sacrifício de Partido que, infelizmente, nenhuma orientação tem imprimido à política. Divergimos, por isto de sua orientação, e para que não pareça que o motivo dessa divergência se prende à mudança da Capital continuaremos mantendo, embora com sacrifícios, que não lhe são desconhecidos os compromissos assumidos pelo partido. Rogamos a V. Excia. dar conhecimento desta aos deputados que aí se encontram, e apresentamos-lhe atenciosas saudações*” (39).

O prefeito de Goiás, Cel. Cunha Bastos solidarizava-se, imediatamente, com os dois deputados, apresentando sua renúncia. Igualmente, seu filho, deputado Luiz de Bastos, desligava-se do P.S.R.

A atitude dos três deputados dissidentes era fundamentalmente dúbia. Por uma parte telegrafavam à bancada do partido no Rio garantindo que *“jamais fariam aliança política com o “Caiadismo” e que não haviam abandonado o Partido Social Republicano... estando apenas separados do governador Pedro Ludovico por questões de orientação política”* (40) Mas, por outra parte, permitiam, simplesmente, serem assimilados ao partido da oposição.

Declarações do deputado Jacy de Assis, da Coligação, faziam constar que a oposição acolhia os dissidentes *“formando assim naquela Assembléia a maioria legítima, representante dos goianos, constituída dos deputados da Coligação Libertadora, acrescida dos Srs. Salomão de Faria, que já era dissidente e dos três deputados saídos do P.S.R.”* (41).

Segundo o jornal A Razão, *“a cidade ao ter conhecimento da notícia vibrou de entusiasmo, hipotecando assim seu incondicional apoio ao grupo dissidente que tem recebido valiosas adesões* (42).

Não menos vibrante era a situação em Goiânia. Governador e deputados do P.S.R., deputados e senadores — vindos do Rio ao primeiro anúncio da crise —, dele-

gações ininterruptamente chegadas do interior trazendo o peso de sua solidariedade, os operários construtores, os já seis mil habitantes da nascente cidade, todos viviam num estado de permanente agitação política. Reuniões, passeatas, grandes comícios. Da paixão — ferro em brasa — destas manifestações podem dar-nos idéia as palavras do Governador no encerramento da manifestação do dia 26. *“Respondendo diz Pedro Ludovico: “Quereis a Capital aqui?” aos gritos de “Queremos! Queremos!”*, declarou: *“Pois bem: com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direto da força, tê-la-eis aqui muito em-breve”* (43).

Estas palavras não eram pura expressão retórica; os dias e as semanas seguintes deveriam demonstrá-lo. O governo tinha ficado em minoria circunstancial na câmara — dois deputados governistas encontravam-se ausentes —, e havia que tomar alguma medida contra a oposição.

Assim descreve Jaime Câmara a situação: *“Restava, pois, ao sr. Pedro Ludovico partir para a violência. E foi o que ele fez. Uma centena de soldados foi deslocada para a cidade de Goiás, com o calculado objetivo de estabelecer o pânico entre sua população. Retratos do sr. Pedro Ludovico eram pregados por agentes do oficialismo em toda a cidade e, de preferência, na fachada das casas dos anti-mudancistas e nem todos podiam removê-los sem o risco de ameaças por parte dos soldados, postados por perto. As tipografias eram visitadas, numa espécie de*

*censura prévia, para evitar qualquer boletim contra o governador ou a mudança da Capital...*" (44).

Dia 28, os deputados partiram para Goiás, dispostos a votar a lei da mudança. Uma proposta de acordo da oposição foi rejeitada por Pedro Ludovico: "*Srs. Deputados — escreveu à bancada governista — Prezados amigos. Para vossa orientação, declaro-vos que repilo qualquer acordo com a oposição. Há em seu seio elementos muito sujos, que contaminariam o meu governo. Penso deveis comparecer à Assembléia e votar uma lei conforme já conversamos baseada no artigo 18 n.º 16 da Constituição, o que seria lógico e aceitável em face do ambiente de insegurança provocado pela questão da mudança. Vejo com otimismo qualquer situação que se nos deparrar, oriunda de acontecimentos posteriores. O futuro o dirá. Só Deus terá poderes para me fazer recuar. Goiânia, 30 de agosto de 1936". Do amigo Pedro Ludovico*" (45)

Na realidade, o golpe da oposição tinha fracassado. O deputado Felismino Viana, dissidente da Coligação, aderira ao governo; igualmente o suplente Aquiles Pina, que a oposição esperava captar. 13 a 11, a maioria continuava com o partido governista. Dias depois, esta maioria ampliar-se-ia com a dissidência — nunca faltam adesões aos vitoriosos — de dois novos membros da Coligação: deputados Victor Coelho de Almeida e Agenor de Castro. Finalmente, a ação policial contra os deputados Davi Nasser e Jacy Assis, por pertencerem ao partido co-

munista, acabou por desarvorar completamente os últimos resquícios de oposição.

Antes, contudo, a oposição tentara todos os meios. Inutilmente. A Aliança com o major Magalhães Barata, comandante das tropas de Ipameri. O pedido de *Habeas Corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal, por parte dos 11 deputados da oposição, alegando coação do Governador contra a Câmara, mediante ameaça de jagunços e da própria polícia do Estado. O pedido de *Habeas Corpus* foi denegado por votação unânime. Mais tarde, foi o intento de pedir asilo às tropas federais, visando criar um clima para a intervenção do governo federal no Estado.

Fracassadas todas estas tentativas, votada a lei da mudança, aniquilada a oposição, ao encerrar-se a 30 de setembro o período legislativo, já se tinha extinguindo a última oposição organizada contra a mudança da capital.

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.

1937. MUDANÇA DEFINITIVA

1937. 23 de março. O decreto n.º 1.816. publicado no Correio Oficial no dia 25, determinava a mudança definitiva:

*Decreto N.º 1.816 de 23 de março de 1937.*

*Transfere para Goiânia a Capital do Estado de Goiás.*

*O Governador do Estado de Goiás, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso 2 do art. 38 da Constituição do Estado, e*

*considerando que o art. 5 das Disposições Transitórias da mesma Constituição dispõe que a capital do Estado será a cidade em construção no município de Campinas;*

*Considerando que a esta cidade foi dada a denominação de Goiânia, por força do disposto no art. 1.º do decreto do legislativo nº 327, de 2 de agosto de 1935;*

*considerando que na cidade de Goiânia já foram construídos todos os edifícios necessários ao regular fun-*

*cionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado;*

*considerando que, além destes, estarão concluídos dentro do prazo de trinta dias os destinados ao funcionamento das repartições da União, a que se refere a lei federal n. 181 de 10 de janeiro de 1936;*

*considerando que o governo do Estado mandou construir nesta cidade numerosos edifícios destinados à residência dos funcionários públicos e que, ao mesmo tempo, por iniciativa particular, muitos outros tem sido edificadas, com a mesma finalidade;*

*considerando que na cidade já existem, em pleno funcionamento, os serviços de iluminação e energia elétricas e, parcialmente, de canalização de água para o abastecimento da população local;*

*considerando que a cidade de Goiânia já dispõe das condições de habitação e dos elementos de conforto compatíveis com o padrão normal de vida nos centros mais adiantados do Estado;*

*considerando que já se transportou para esta cidade, em épocas diversas, quase todo o aparelhamento administrativo do Estado, ex-vi da faculdade contida no 2.º do art. 5º da citada Constituição, além de algumas repartições da administração federal;*

*considerando que a Constituição do Estado fixou o prazo máximo de dois anos para que se realize a mudan-*

*ça definitiva da capital para a localidade nela designada e que esse prazo está prestes a terminar (Const. Est. Art. 5.º, 1.º)*

*Decreta:*

*Art. 1.º — Fica transferida, da cidade de Goiás, para a de Goiânia, a capital do Estado de Goiás.*

*Único — O Secretário Geral do Estado expedirá as instruções que se tornarem necessárias para a execução do presente decreto.*

*Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 23 de março de 1937, 49 da República.*

*Dr. Pedro Ludovico Teixeira.*

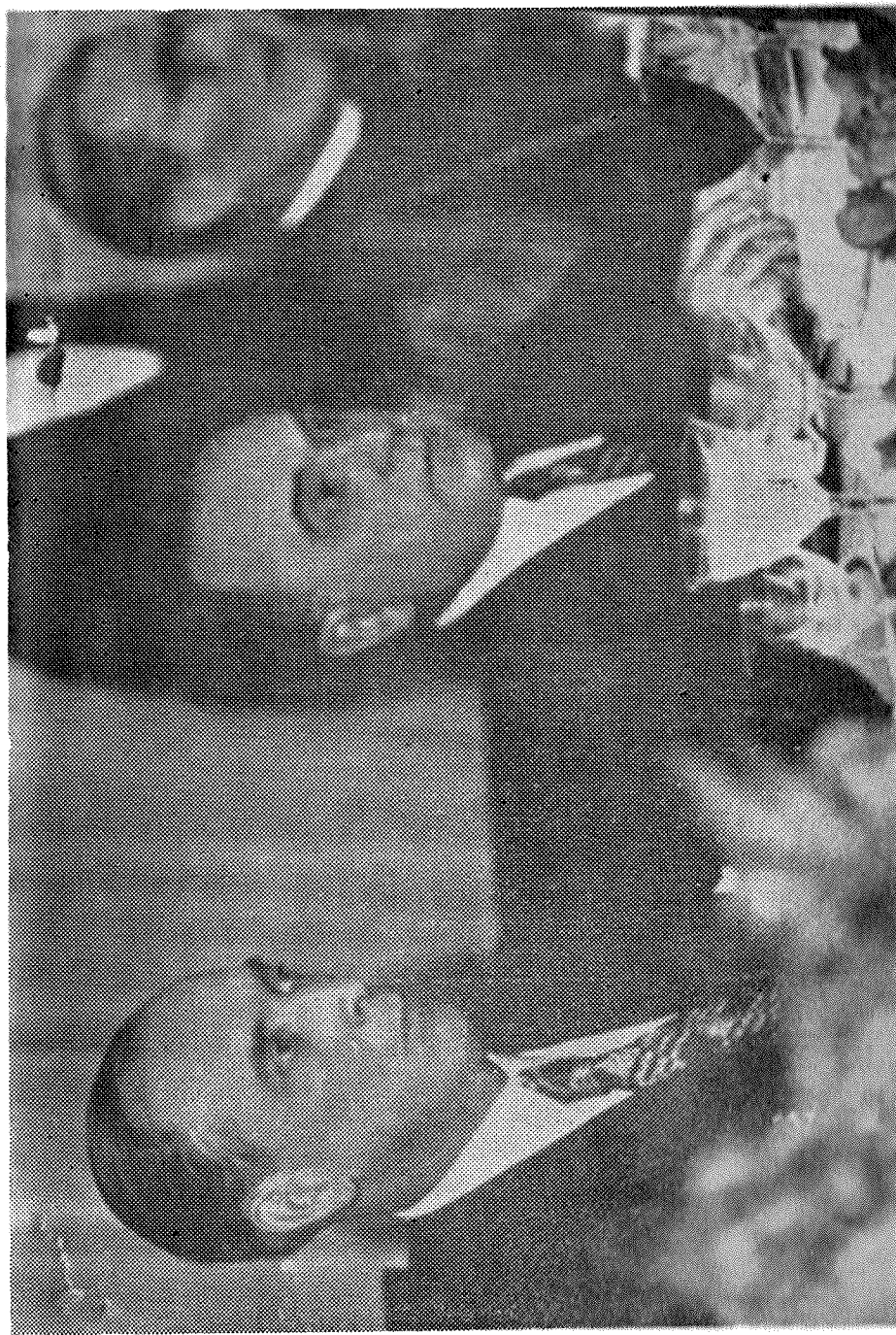
*Albatênio Caiado de Godoi.*

A inauguração oficial de Goiânia ainda seria adiada por cinco anos. Em julho de 1942 foi realizado o “batismo cultural” de Goiânia. Por este motivo, celebraram-se na nova capital encontros e congressos de ordem nacional: a V sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de Estatística, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura.

A cidade, do ponto de vista urbano, podia não ser ainda grande coisa — eram os dias da quadra de Montei-

ro Lobato: *"Goiânia, cidade linda / que nos encanta e seduz / de dia não tem água / de noite não tem luz"* —, mas o Interventor proclamava que suas esperanças se estavam realizando plenamente: *"A construção de Goiânia fez surgir, em a nossa generosa terra sertaneja um grande centro irradiador das mais benéficas influências que de pronto atingiram os mais remotos pontos do organismo estadual, Goiás, hoje, é um vasto cenário em que se operam as mais surpreendentes transmutações. Goiânia encheu de haustos vivificadores os pulmões do Estado. Goiás re- moçou-se em Goiânia"* (46).

Até que ponto correspondiam estas palavras à realidade?



O interventor, Pedro Ludovico, "construtor de Goiânia";  
o presidente Vargas que deu apoio político e econômico  
a idéia e o arcebispo dom Emanuel, presidente da co-  
missão que escolheu o local da nova capital.

## GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS: ESPERANÇAS E REALIDADES

A construção de Goiânia foi uma aposta ao desenvolvimento, um crédito aberto ao futuro. E não se pode dizer que seus construtores fossem tímidos nas ambições e nas esperanças para o futuro da Cidade e do Estado. Hoje, depois de duas gerações, podemos intentar uma avaliação: até que ponto os sonhos de ontem passaram a ser realidade?

Todo empreendimento é um esboço de futurologia — ciência sem nome e sem computadores em 1930 —, e quando o empreendimento é grande e complexo dificilmente coincidem resultados e previsões. Com respeito à construção de Goiânia, poderíamos resumir: os homens de 30 não se equivocaram ao construir a cidade, mas poucas de suas previsões mais importantes se realizaram; umas vezes esperaram de mais e outras vezes esperaram de menos.

De menos, certamente, esperaram no tocante ao crescimento da própria cidade. Mas quem, quarenta anos atrás, poderia prever as proporções da explosão demográ-

fica e urbana no Brasil — e no mundo — na segunda metade do século? (Um artigo do *Correio Oficial* em 1936 — 7.5 — previa que a imigração devia aumentar muito em Goiás, dado que a densidade da população ia tornando a vida cada vez mais difícil em São Paulo. São Paulo contava então com uns 7 milhões de habitantes, na capital e no Estado).

O Relatório do urbanista Armando de Godoi — estudo prévio para a construção da cidade, encomendado pelo governo — opinava definitivamente sobre o tamanho: “*Julgo que os principais elementos da projetada capital não devem ser calculados para mais de dez mil pessoas*” (47). Como ponto de referência, podemos pensar que a cidade de Goiás, com dois séculos de existência, contava apenas com 8.000 habitantes, mas Goiânia, em 1940, já teria ultrapassado os 12.000.

O Plano Piloto, mais ousado, determinava: “*13a. Será indicada na planta da cidade de (escala 1:5.000) a área para comportar futuramente uma população de 50.000 habitantes, devendo ser projetada, com todos os detalhes, na escala 1:1.000 a área que comporte uma população de 15.000 almas*”. De acordo com estas determinações, o plano elaborado pelo arquiteto Atilio Correia Lima distinguia um centro administrativo, um centro comercial e as zonas residenciais — A e B, urbana e suburbana — e industrial, tudo para um máximo de 50.000

habitantes. Quem poderia pensar então que, em quarenta anos, este máximo estaria já multiplicado por dez? (48).

Aqui intervém outra diferença fundamental entre as previsões e a realidade posterior: a função ou funções da cidade. Se no crescimento os planejadores esperaram de menos, neste aspecto esperaram de mais.

Eles sempre associaram o crescimento e o desenvolvimento da cidade ao modelo clássico do processo de urbanização depois da revolução industrial: a cidade não só como um centro administrativo-comercial — de serviços —, mas também como um polo de desenvolvimento industrial. Frizava o Relatório de Armando Godoi: “*Onde se estabelece uma cidade moderna e bem aparelhada, surge a trindade econômica sobre que se baseia a atividade material, que é ao mesmo tempo industrial bancária e comercial... Atribuo o pouco ponderável progresso de vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo*” (49). E o Plano Diretor: “*Zona industrial: Sua localização na parte mais baixa da cidade, onde a planície se entende, justifica-se pela necessidade que tem a indústria de ocupar grandes áreas...*”

A realidade ficou muito aquém desta previsão. Uma pesquisa realizada pelo IPES em 1970 concluía que Goiá-

nia — com mais de 400 mil h. — contava apenas com 12.500 operários trabalhando em atividades industriais. (50).

Goiânia é um cidade quase sem indústria. Encontramo-nos aqui bem longe do modelo de crescimento urbano da era industrial. A fábrica, com sua exigência premente de mão-de-obra, e o processo de industrialização, com a criação em cadeia de novos empregos, são os que deram origem às grandes concentrações urbanas da época contemporânea. Assim, urbanização e industrialização passaram a ser dois termos conversíveis.

Mas em nossos dias esta correlação já não é válida. Nos países não industrializados, ou em via de industrialização, tem aparecido um novo processo de formação de grandes centros urbanos sem dependência estrita do processo de industrialização. Poderia ser chamado a fuga do campo. A expansão demográfica, a mecanização do trabalho agrícola, as péssimas condições da vida, junto com o chamariz do progresso e do conforto da cidade, fazem com que grandes massas da população rural se transfiram, continuamente, dos campos para os conglomerados urbanos, que crescem a um ritmo alucinante (51). A rapidez do desenvolvimento e a carência de uma sólida infraestrutura industrial criam, então, o gravíssimo problema de dar ocupação e meios de vida a este excesso de população de imigrantes. À falta de indústria, os serviços, inflacionários ao máximo — em primeiro lugar a adminis-

tração pública —, devem paliar com suas curtas oportunidades e seus baixos salários a situação real de desemprego ou sub-emprego.

Tal é o caso de Goiânia na atualidade.

Não tem sido diferente a trajetória do Estado no tocante à industrialização. Em 1939 a indústria contribuía com 6% da renda do Estado — correspondendo 70 ao setor primário e 24% aos serviços — vinte anos depois, em 1960 a participação da indústria tinha caído a 4% e em 67 era apenas de 5% (52).

O panorama, pois, é bastante menos claro que o previsto pelo Relatório de 1933 para um prazo muito mais imediato: *“Se, por hipótese, lográssemos a fortuna de elevar a renda estadual, em três anos, a 15 mil contos, mediante a estrita execução de um plano de formação de nossa economia, é evidente que todos esses problemas (educação, saneamento... etc.) seriam, já não dizemos realizados de vez, porque isso demandaria por certo maior divisão de tempo e altos recursos, mas seguramente encaminhados às soluções com que hoje sonhamos. De sorte que o nosso Estado, tão grande, em território quanto plerórico de possibilidades econômicas, já em 1942, quem sabe se até antes, nos surgiria transfigurado, formando um panorama político, econômica e socialmente capaz de se enfileirar entre as mais altas conquistas que o Brasil realizar até lá”* (53).

Poderemos concluir destes dados que as esperanças depositadas na construção de Goiânia como “chave do desenvolvimento geral do Estado” não se realizaram?

Talvez, hoje, à distância, possa parecer-nos um pouco ingênua a importância atribuída pelos contemporâneos à questão da mudança da capital: um tanto simplista a apreciação dos problemas e limpeza das soluções. Sem entrar, contudo, na análise pormenorizada destes problemas e de suas possíveis soluções — o que excederia os limites do presente estudo —, creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás.

A primeira transformação marcante teve lugar no âmbito da psicologia social. Antes, as contínuas lamúrias pelas grandezas perdidas, pelas enormes riquezas desaproveitadas: “*O Estado de Goyaz pela sua enorme extensão territorial, pela fertilidade de seu solo, pelos inesgotáveis tesouros acumulados no seu sub-solo, merecia ter um lugar de destaque na Federação. No entanto, um rápido exame nos quadros estatísticos do país, ressalta logo à vista a grande inferioridade ocupada por ele. Unidades outras, bem mais pobres, sem contar com os recursos extraordinários com que o dotou a natureza, marcham-lhe na vanguarda. A uberdade de seu solo não é aproveitada: as suas riquezas minerais permanecem inexploradas. O erário público exangue*”... (54).

Tal é a linguagem, o estado de espírito de quase dois séculos de depressão.

Depois, — depois da revolução de 30, mas sobretudo depois do início da construção de Goiânia — a ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor. A luta e o êxito da construção da nova capital empolgou toda uma geração; significou a tomada de consciência da própria capacidade, o que a construção de Brasília foi mais tarde para todo o Brasil. Até nasce — ou renasce — o “ufanismo” goiano: “*Goiás a parcela mais formosa e rica do Brasil*” (55). Mas agora de cara ao progresso. Poderíamos dar ao espírito do novo Goiás, que nasceu e cresceu com Goiânia, o título com que a *Folha da Manhã* rotulou uma entrevista concedida por Pedro Ludovico: (30/12/37) “uma afirmação de fé nos destinos de Goiás”.

Ao mesmo tempo, a construção de Goiânia significava um primeiro grande impulso para a transformação da economia, e mesmo da política econômica.

Ferrater Mora observava em recente artigo que, em nossos dias, às funções habituais do Estado — defensor da integridade nacional, criador e mantenedor de uma ordem jurídica etc. — devemos acrescentar uma nova: promotor da prosperidade nacional mediante as obras públicas. É o que ele chama de “Estado de obras”. Esta concepção do Estado, tão oposta à liberal, foi adoptada e sistematicamente utilizada pelos países totalitários, em primeiro lugar, como meio de debelar a crise econômico-

política do pós guerra; o mesmo Roosevelt no *new deal* teve que recorrer a este método como único meio de superar a grande crise.

No Brasil, o presidente Juscelino aderiu entusiasticamente ao sistema de promover o desenvolvimento mediante as grandes inversões públicas, mas já antes tinha sido ensaiada em Goiás esta política — um pouco tímida e inconscientemente talvez — com a construção de Goiânia.

Sob o impulso da construção da cidade, a economia de Goiás desenvolveu-se vigorosamente durante quase duas décadas. Os autores da “Análise preliminar para uma diagnose do Estado de Goiás” expressam-se assim: “*Estimulada, porém, pelo Governo Estadual, na década de 30, consubstanciado nos investimentos para a construção de Goiânia, a economia local conheceu uma fase de intensa prosperidade, prolongando-se até por volta de 1955. A partir de então a política do Governo Federal, posta em prática no sentido da mudança da Capital do País para o Planalto Central, cujo evento se deu em 1960, veio determinar novo ciclo expansionista nas atividades econômicas do Estado*” (56).

É verdade, como já vimos, que esta expansão não se manifestou num aumento sempre crescente da industrialização, senão no desenvolvimento do campo agro-pecuário e dos serviços. Goiás continuaria a ser um estado eminen-

temente agrário, embora mais povoado, com melhores meios de comunicação e mais intensamente explorado.

Nem se pode dizer que este desfecho da influência da construção de Goiânia sobre a economia do Estado não tivesse sido previsto por alguns e proclamado com antecedência. O deputado Oscar Campos Júnior, num discurso pronunciado na Assembléia durante o debate da mudança — 4, 7, 1935 — previa que a função da nova capital seria estimular a produção e facilitar a exportação agrícola em Goiás. “*Com a mudança da Capital — concluía — iremos atualizar Goiás, colocando-o na sua posição de Estado essencialmente agrícola e pastoril*” (57). Gentil Augusto Lino, no início do ano 36, destacava como valor fundamental na construção de Goiânia que a atenção do governo se voltava para a agricultura — a fonte de toda a riqueza de Goiás —: “*A riqueza latente na terra virgem leva sua aura à cabeça da administração...*” (58).

Esta foi de fato a causa do êxito imediato de Goiânia: as terras virgens. Situada a cidade nas bordas do Mato Grosso Goiano, enorme extensão de terras virgens de grande fertilidade, que então começava a ser penetrada, o surgimento de um importante centro urbano, com boas comunicações com o exterior, acelerou o processo de colonização de toda esta zona a mais rica, agricolamente, do Estado (59). Podemos, talvez, lamentar hoje que daquela mata impenetrável de centenas de quilômetros não

tenham restado nem vestígios: é quiçá, outro dos preços ineludíveis a pagar pela acumulação primitiva.

A construção de Goiânia, ao mesmo tempo, teve a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão — ou “possibilidade” — geográfica no mapa. A abertura de estradas — como aconteceria mais tarde e em mais alto grau com Brasília — possibilitou as comunicações internas e com o resto do país. Assim se favorecia, desde o começo, a imigração. Isto estava de acordo com a campanha de “marcha para o oeste” lançada então, pelo governo federal.

A imigração logo constituiu uma corrente poderosa. Sob o seu influxo *“a taxa geométrica anual de crescimento demográfico de Goiás no decênio 1940-1950 foi de 4% (no Brasil, de 2,8%); na década de 1950-60 foi de 4,7% (no Brasil 2,8) e na última década atingiu 4,3% (no Brasil 2,7%). Explica-se esta diferença com relação ao país todo pela imigração maciça de outras regiões, principalmente de Minas, Maranhão e Bahia”* (60).

Este aumento da população foi causa e índice do desenvolvimento de Goiás durante duas décadas, à época da construção de Goiânia; mais tarde, ao superar o ritmo de atualização de novas riquezas naturais — ou talvez também em virtude da lei do decréscimo gradual da produtividade — o aumento, tão célere, da população converteu-se num peso social e econômico. Desde 1955 a renda per capita estacionou ou decresceu de ano para ano, de

forma que em 1970 era mais baixa do que fora quinze anos antes (61).

Poder-se-ia objetar que isto extravaza do âmbito da história de Goiânia. Não deixa, contudo, de ser uma consequência imediata da linha de desenvolvimento de uma capital — construída para ser “chave do desenvolvimento geral de todo o Estado” — e de um território abertos de par em par ao exterior, mas sem os meios infra-estruturais — indústria antes de tudo — para acompanhar o rápido crescimento demográfico.

## NOTAS

(1) — Luís Antônio da Silva e Sousa, **O descobrimento da Goyaz**. Goiânia, 1967. pág. 18.

(2) — Serviço de Documentação do Estado de Goiás. ms. 192, fl. 166.

(3) — Alguns aspectos sociais da mudança da Capital, em **Correio Oficial**, 8-4-1936.

(4) — Couto de Magalhães, **Viagem ao Araguaia**. Coleção Brasiliiana, v. 28.

(5) — **Correio Oficial**, 29-2-1936.

(6) — **Correio Oficial**, 26-6-1936. Poderia lembrar-se aqui o fato rememorado por Bernardo Élis dos tempos da mudança (Agora, leia, n.º 2, pág. 18) "Em 1937, no fim do ano veio este escriba a Goiânia. Seu automóvel encravou num lamaçal da rua 12. Ele e outros ocupantes do carro esforçavam-se por livrar o veículo, quando se aproxima outro carro possante e depois de consultas começa a empurrar o fordeco atolado, libertando-o. Quando fui agradecer, reconheço que o chofer que nos socorreu não é outro que o Dr. Pedro Ludovico. Eram sólas horas da manhã. Essa convivência criava em Goiânia a maior camaradagem entre todos, que se sentiam no mesmo pé de igualdade: eram os construtores da cidade. Desde aí ficou em Goiânia essa tradição admirável que permite a qualquer um abordar, conversar e discutir com qualquer autoridade, por mais elevada que seja ela, quer esteja na rua, quer esteja numa esquina. É ainda a lembrança daqueles tempos em que o trabalho e as dificuldades a todos irmanavam e confundiam. Lembranças daqueles tempos em que as casas não tinham muros, nem cor-

cas e a gente tanto entrava pela porta da rua, como pela porta da cozinha”.

(7) — **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-33. Goiás, 1934, pág. 122.

(8) — **Diário Oficial**, 7-1932.

(9) — **Voz do Povo**. A mudança da Capital, 28-8-1932.

(10) — **Ibidem**.

(11) — **Diário Oficial**. Alguns aspectos sociais da mudança da Capital, 8-4-1936.

(12) — **Relatório**, pág. 145.

(13) — Joaquim Veloso Vieira, **A mudança da Capital**, em “Voz do Povo”, 30-10-1932.

(14) — **A Coligação**, A mudança da Capital, 4-10-1934.

(15) — **Voz do Povo**, 12-8-1932.

(16) — Na primeira reunião da comissão para a escolha do local da nova capital, o Dr. Colemar reconhecia francamente: “Quanto ao norte acredita o orador que ele jamais possa se articular com o sul. por causa mesmo de sua situação geográfica...”. Ficou pois, descartado, desde o início, das deliberações. Atas da Comissão de Escolha do local, em Goiânia Documentada, pág. 64.

(17) — **Voz do Povo**, 28-8-1932.

(18) — **Correio Oficial**, 24-11-1930.

(19) — **Voz do Povo**, 13-2-1931.

(20) — **Diário da Noite**, 1-11-1932.

(21) — Anud Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, **Como nasceu Goiânia**, pág. 51.

(22) — **Relatório**, pág. 128.

(23) — **Correio Oficial**, 27-10-1933.

(24) — **A mudança da Capital**, 2-1-1935.

(25) — **A Coligação**, 27-1-1935; 15-5-1935; 28-5-1936; 4-6-1935, etc.

(26) — Lei N.º 29, de 20 de novembro de 1935.

(27) — A venda de lotes durante os anos 1934 e 1935 rendeu 797 contos. **Goiânia Documentada**, pág. 136.

(28) — **Relatório**, pág. 121.

(29) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 453.

(30) — **Relatório**, pág. 123.

(31) — Pedro Ludovico Teixeira, **Como e por que construí Goiânia**, Brasília, 1966, pág. 17.

(32) — **A Coligação**, nums. 1 a 6.

(33) — **A Coligação**, 24-11-1935.

(34) — **Jornal de Goiânia**, 3-10-1936.

(35) — **Correio Oficial**, 16-10-1934.

(36) — **Como e por que construí Goiânia**, pág. 29.

(37) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 452 ss

(38) — **Ibid.** pág. 574 ss.

(39) — **A Razão**, 23-8-1936.

(40) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 597. A autora transcreve umas declarações do deputado Claro Godoi ao **Diário de São Paulo**, 15-9-1936.

(41) — **A Razão**, 23-8-1936.

(42) — **Ibidem**.

(43) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 577.

(44) — Jaime Câmara, **Os tempos da mudança**. Goiânia. 1967. pág. 217.

(45) — **Como nasceu Goiânia**. pág. 586. Jaime Câmara coloca este telegrama num contexto levemente diferente. pois o data a 20 e não a 30 de agosto. Os tempos da mudança. pág. 215.

(46) — **Relatório** apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Porneles Vargas, Digníssimo Presidente da República, pelo Doutor Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal do Estado de Goiás. 1940-2, pág. 13.

(47) — **Como nasceu Goiânia**. pág. 66.

(48) — O Plano Piloto e o Plano Diretor da Cidade podem ler-se em **Goiânia Documentada**, págs. 81 ss e 95 ss.

(49) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 50.

(50) — **Ibidem**.

(51) — Jorge Wilhelm chama estes fatores que determinam o êxodo rural de “forças expelidoras”. Nos países subdesenvolvidos, o crescimento urbano, para ele, precede sempre à industrialização: como exemplo típico apresenta o caso de São Paulo. “O exemplo de São Paulo mostra claramente como num país subdesenvolvido o primeiro movente da urbanização é um fator externo, exógeno; e como a cidade adquire grande vitalidade e elevada taxa de crescimento antes e independentemente de qualquer industrialização de porte”. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1969. pág. 27.

- (52) — **Anuário Estatístico do Brasil**, 1970.
- (53) — **Relatório**, pág. 152.
- (54) — **O senso da oportunidade**, em "O Liberal", Jataí, 12-7-1932.
- (55) **Correio Oficial**, 7-2-1936. O autor, Matma Nego, acrescenta: A zona agrícola de Goiás e Mato Grosso classificadas pelo engenheiro Rebouças de 2.133.942 Km de terras férteis como quase nenhuma outra no Brasil". Gentil Augusto Lino escrevia também por aqueles dias no mesmo **Correio Oficial** — 7-5-1936 — "Goiás que é, sem dúvida nenhuma, a maior fonte de reserva econômica do Brasil..."
- (56) — M. Cassimiro, M. Braz, G. Araguaia, **Análise Preliminar para uma diagnose do Estado de Goiás**, Goiânia, 1971, pág. 45.
- (57) — **Como nasceu Goiânia**, pág. 297.
- (58) — Uma brilhante iniciativa, em **Correio Oficial**, 9-1-1936.
- (59) — O crescimento desmesurado do peso do setor primário na economia tem sido, e é até hoje, causa e expressão do atraso econômico do Estado. Assim expunha a situação, no início da década de 60, o Plano de desenvolvimento econômico de Goiás. 1961-65 do governo Mauro Borges: "O baixo nível de renda em Goiás decorre de ser sua economia de produtividade baixa e vulnerável às flutuações de clima e mercado. Da população economicamente ativa, 83,69% estavam ocupados, em 1950, no "setor primário", em sistema de trabalho rudimentar: 4,17%, no "setor secundário", ainda incipiente; e 12,14%, no "setor terciário". Nos últimos dez anos a economia goiana tornou-se mais dependente do "setor primário", cuja renda aumentou, entre 1949 e 1958, cerca de 9 vezes, enquanto nos dois outros setores o acréscimo foi de 6 vezes. O "setor primário" que, em 1949, produzia 57,4% da renda regional, representa em 1958, 66,4%. O "setor secundário" teve sua participação diminuída de 7,8% para 6,1% e o "setor terciário", de 34,8% para 27,5%". pág. 14.
- (60) — Javier Pérez Enciso, **O professor de ensino médio no Goiás**, 1972. Tese mimeografada, pág. 47.
- (61) — A renda per capita de Goiás — a preços de 1966 — era em 1955 de 265 Cr, em 1960 de 206, em 1965 de 198 e em 1966 de 188: neste mesmo período no Brasil tinha passado de 388 a mais de 600. **Ibid.** quadro 29.

esta obra  
foi integralmente  
composta e impressa  
em oficinas própria da  
gráfica do livro goiano Ltda.

editora oriente

rua 82 n.º 456 - fone 2-2906 - Setor Sul